

Movimentos políticos no Brasil: desafios contemporâneos

Lucy Oliveira
Rafael Gustavo de Souza
editores do dossiê

O tema dos movimentos sociais e sua dimensão política estão diretamente ligados ao processo de (re)construção de um regime democrático no país. Este tema foi preterido por nossos intelectuais, por um lado, pela premência de temas que desafiavam nossa compreensão (formação da nação, identidade nacional e desenvolvimento, por exemplo), e por outro, pela carência de uma sociedade organizada politicamente, pela realidade de uma sociedade civil incipiente, pelo menos até a primeira metade do séc. XX. Os movimentos sociais irão apenas entrar com intensidade nos debates de nossa ciência política quando eles se apresentam como protagonistas na luta pela redemocratização e, portanto, quando a democracia é colocada na agenda política¹.

A redemocratização do Brasil, que culminou com a Constituição de 1988, é marcada pela emergência de novos personagens, que constituíram um campo heterogêneo de associações (trabalhadores, estudantes, intelectuais, associações de moradores, grupos religiosos, entre outros), mas que tinham a unidade na contestação do regime autoritário e na necessidade do retorno à democracia, por mais que houvesse diferentes visões e estratégias sobre como realizar essas tarefas. Contudo, quando a democracia no sentido legal-formal é conquistada, o novo cenário apresenta outros desafios.

¹ Sobre os movimentos sociais nos anos 70/80, ver: SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; EVERS, Tilman. “Identidade: a face oculta dos movimentos sociais.” Novos Estudos CEBRAP, n. 4 de 1984; DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma noção de cidadania.” In: Os anos 90: política e sociedade no Brasil, por Evelina DAGNINO. São Paulo: Brasiliense, 1994; CARDOSO, Ruth C. L. “Isso é política?” Novos Estudos CEBRAP, n. 20 de 1988; DURHAM, Eunice R. “Movimentos sociais: a construção da cidadania.” Novos Estudos CEBRAP, n. 10, outubro de 1984; PAOLI, M. C. “Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político.” In: Movimentos sociais e democracia no Brasil: 'sem a gente não tem jeito', por Michaela Helman. São Paulo: Marco Zero, 1995; entre outros.

A democracia não é um fenômeno estático, pelo contrário, trata-se de um processo histórico complexo, multifacetado e em contínua transformação. A alteração no contexto no final dos anos 80, colocou um novo horizonte para os movimentos sociais nos anos 90: de uma conduta contestatória, fazia-se necessário a partir de então uma postura mais propositiva². O ambiente democrático proporcionou o direito político da livre organização e expressão de suas demandas em um momento diferente do período anterior ao Golpe Militar de 1964, pois agora havia uma sociedade civil mais articulada e com um Estado propenso à participação social, dado pelas garantias de nossa Carta Magna e mesmo diante de dificuldades para a construção de espaços públicos³.

Passados 25 anos da promulgação da Constituição de 1988, mudaram as instituições, o sistema partidário, os atores do mercado, bem como, nossos movimentos sociais e as características de seu estatuto político. As manifestações populares ocorridas em junho de 2013, que tiveram grande repercussão com os protestos contra o aumento da passagem de ônibus em São Paulo, expandiu para muitas cidades e incluíram uma grande quantidade de demandas por políticas públicas, demonstrou que os termos pelo qual nossa bibliografia pensou os movimentos sociais desde nossa redemocratização, pode não ser capaz de compreender este fenômeno em sua amplitude.

No âmbito da ciência política, os protestos desafiam a reflexão científica e a literatura erigida em torno do que seriam movimentos sociais, ações coletivas, participação popular, democracia participativa, arranjos participativos, políticas públicas entre outros de fundamental importância para o campo. Até hoje, teóricos das mais diferentes vertentes se alternam para enquadrar de forma mais exata sua dimensão, sabendo-se que qualquer esforço neste sentido será ainda parcial, frente ao complexo fenômeno dos movimentos políticos contemporâneos. Os movimentos de junho de 2013 – se assim podemos chamá-los – revelam como a

² CARVALHO, Maria do Carmo A. A. “A participação social no Brasil hoje.” Paper Pólis 2, Instituto Pólis, 1998.

³ Sobre a construção dos espaços participativos, ver: AVRITZER e Z. NAVARRO (ORG) A inovação democrática no Brasil, São Paulo: Cortez, 2003. DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil, São Paulo: Paz e Terra, 2002; entre outros.

dinâmica social e política se volatiliza, somando novas clivagens a questões sequer nominalmente consensuais entre os pesquisadores.

É neste sentido que se enquadra o dossiê temático desta edição: contribuir para a análise da política brasileira à luz dos eventos ocorridos nas ruas das mais diferentes cidades do país em 2013. E como isto pode fazer interface com a literatura já produzida sobre o tema.

Aceitando o desafio de refletir sobre um terreno movediço, fato que só reforça a atualidade e a coerência da compreensão teórica hoje produzida sobre o tema, esta edição é composta por quatro textos. O artigo da cientista política Adriana Duarte de Souza Carvalho trata dos protestos ocorridos em junho do ano passado. Focando-se principalmente no Movimento Passe-Livre (MPL), a autora discute como o direito à reunião torna-se uma chave conceitual e analítica importante para entender a democracia no Brasil, seus atores e mudanças institucionais.

No texto seguinte, escrito por Helga Almeida, trazemos uma reflexão sobre fenômenos coetâneos: o trabalho se foca nos protestos ocorridos no Egito em 2011 – que fizeram parte da chamada “Primavera Árabe” – como caso para analisar a materialidade de uma esfera pública virtual, como esta permitiu a difusão das ideias democráticas e promoveu o cyberativismo. Deferentes em seus contextos históricos, os movimentos políticos de junho de 2013 no Brasil e a “Primavera Árabe”, tem em comum a centralidade da internet como ferramenta de articulação e mobilização social.

No terceiro artigo, Henrique Braunstein Raskin reflete sobre como a participação do Brasil em acordos multilaterais internacionais se reflete em políticas nacionais, traçando um paralelo entre o global e o local. Para tanto, foram analisados, por exemplo, o tratado originado na Convenção de Durban (2001) e posteriores políticas voltadas para afrodescendentes no país conduzidas pela Fundação Cultural Palmares.

Encerrando o dossiê, Felipe Fontana e Carla Ferezin empreendem uma reflexão entre a teoria democrática em Oliveira Vianna e as reflexões de Adrian

Lavalle sobre a constituição do espaço público e da vida pública brasileira. Os autores expõem a tensão entre as interpretações de um Brasil onde o regime democrático seria inapropriado por causa da “incapacidade” dos brasileiros de se portarem de forma impessoal no espaço público (Oliveira Vianna) e outra que critica análises que partem desse “ethos tradicional” sem, sequer, colocá-lo sobre suspeita (Adrian Lavalle). Na tentativa de juntar as duas pontas destes pensamentos, que distam entre si em quase um século, os autores apontam contribuições e limites para a pesquisa sobre democracia e vida pública brasileira.

Por fim, esperamos que os esforços dos pesquisadores e colaboradores desta edição venham contribuir com a compreensão dos movimentos políticos contemporâneos, e dessa forma, com a construção democrática brasileira.